



FORA VENTURA E SALVINI MANIFESTAÇÃO NACIONAL ANTIFASCISTA

Rede Unitária Antifascista

A derrota de Trump enfraqueceu a estrutura de apoio internacional da extrema-direita. Bolsonaro viu o seu governo e base eleitoral começar a desmoronar-se. Matteo Salvini saiu do governo italiano e desceu nas sondagens. Agora, todos apostam na candidatura de Marine Le Pen à presidência da república francesa, onde as sondagens sugerem uma luta pela vitória.

Trump não caiu pela indiferença da oposição “progressista” no Congresso americano. Caiu porque o movimento popular não lhe deu folga durante os quatro anos de mandato, fosse ele feminista, operário ou, no final, antirracista e antifascista. Demonstrando que é a mobilização que dá autodefesa, força coletiva, sentimento de potência aos explorados e oprimidos. Por outro lado, a política de ignorar e “não dar palco” à extrema-direita, demonstra os seus resultados catastróficos em França. A França Insubmissa, de Jean-Luc Mélenchon, que não apoiou nem incentivou os inúmeros protestos populares contra Macron, tem oferecido de bandeja a possibilidade de Le Pen chegar à presidência.

Na Europa, a extrema-direita tenta agora recuperar do momento atual de regressão. Suportando-se nas sondagens favoráveis a Marine Le Pen em

França, procuram ganhar corpo apoiando partidos similares nos países periféricos do velho continente. Em 5 meses, Le Pen e Salvini deslocam-se a Portugal para alentarem Ventura e dar-lhe dimensão internacional. A corrente mais autoritária e odiosa da burguesia mundial teve dois anos de dificuldade, perdeu influência mas não foi completamente derrotada e as circunstâncias que a alimentam mantêm-se.

Não tenhamos ilusões, sob o capitalismo projetos fascizantes nunca estão totalmente afastados de vingarem. Quando a “esquerda progressista” chega ao poder, para lá de palavras e políticas de cosmética, mantém a situação que abre uma auto-estrada para essas forças do ódio. Mantém os benefícios e as injeções públicas de dinheiro na banca – degradando os serviços públicos de saúde, educação, transportes e segurança social –, mantém a falta de investimento público na criação de emprego e indústria, mantém a porta-giratória entre governantes e as administrações de empresas.

Ao mesmo tempo, a esquerda parlamentar dos trabalhadores prefere os acordos com estes governos a uma oposição baseada na mobilização. Desta forma, não apresentam uma saída da crise que favoreça as pessoas que

trabalham. Com este cenário a continuar e apresentando-se a extrema-direita como única oposição aos governos, o seu recrudescimento é apenas uma questão de tempo.

Em Portugal, Ventura quer, em Coimbra, celebrar o 28 de maio de 1926, dia infame que deu início a 48 anos de ditadura fascista, a mais longa da Europa. Não aceitamos que se celebre a

“*Ventura quer, em Coimbra, celebrar o 28 de maio de 1926, dia infame que deu início a 48 anos de ditadura fascista, a mais longa da Europa*

morte, a censura, a pobreza, a divisão, a hiper-exploração e a opressão dos trabalhadores. Ventura traz Salvini a Coimbra para afirmar um projeto europeu de exclusão, colonialista e assente em divisões étnicas para melhorar o negócio do costume, o lucro!

Não aceitamos dar-lhes o espaço público de mão beijada, não aceitamos ignorar, só aceitamos a unidade para resistir, para lutar e ganhar, isso faz-se ocupando as ruas, primeiro!

Em 1990, a Organização Mundial de Saúde deixou de classificar a homossexualidade como distúrbio mental, mas os crimes motivados pela LGBTIfobia têm aumentado um pouco por todo o mundo. A opressão sofrida por pessoas LGBTI+ está firmemente enraizada nas estruturas materiais da sociedade capitalista e na necessidade de manter a hegemonia de uma ideologia sexista e reacionária para a manutenção de uma sociedade de classes. A luta LGBTI+ é uma luta histórica pelo progresso e contra as amarras da sociedade capitalista. Todos os dias são dias de luta contra a LGBTIfobia, rea-

“Somos luta, somos resistência e, sobretudo, somos seres humanos. Exigimos o direito à vida, ao amor e à felicidade.

firmando a importância da unidade e organização por uma sociedade livre de opressão. Não soltamos as mãos de ninguém.

Nas últimas semanas, foram noticiados os assassinatos de três jovens. Os três viviam em continentes diferentes. Os três tinham ocupações diferentes. Os três receberam cobertura mediática completamente diferente, mas há algo em comum: a LGBTIfobia.

Dia 28 de Abril de 2021, Normunds Kinzuliz morre após cinco dias internado num hospital. Normunds foi atacado à entrada da sua casa, regado com combustível e queimado - "As roupas tinham ardido junto com a pele". Normunds era paramédico e ativista LGBTI+. Normunds tinha 29 anos.

Dia 1 de Maio de 2021, no Brasil, Lindolfo Kosmaski, foi encontrado morto dentro do seu carro, assassinado com dois tiros e posteriormente carbonizado, após receber ameaças de morte. Lindolfo era professor, gay, ativista pelos direitos LGBTI+ e militante do Partido dos Trabalhadores. Lindolfo tinha 25 anos.

SANGRAMOS, MAS NÃO NOS RENDEMOS

Núcleo Antifascista de Aveiro



Dia 4 de Maio de 2021, morreu Alireza Fazeli Monfared, rapaz iraniano. "Era uma vergonha e uma desonra", afirmaram o meio-irmão e os primos de Alireza quando foram detidos e interrogados pela polícia. No Irão, a homossexualidade é estritamente proibida e punível com a morte. Alireza tinha 20 anos.

Ainda há países com leis limitadoras da liberdade de expressão, orientação sexual e identidade de género. Poucos são os países cuja legislação protege os trabalhadores contra a discriminação e assédio com base na orientação sexual. Poucos países têm leis que punem atos de incitamento ao ódio, discriminação ou violência com base na orientação sexual; e poucos são os que reforçam as condenações nos crimes motivados pelo ódio e pela orientação sexual. Os crimes contra Normunds, Lindolfo e Alireza desnudam a insuficiência de condutas correntes, quer legais quer culturais, para proteger as nossas vidas contra a crueldade da homofobia, transfobia e bifobia.



Somos luta, somos resistência e, sobre tudo, somos seres humanos. Exigimos o direito à vida, ao amor e à felicidade. Todas as vozes de todas as vítimas, no passado e no presente, ecoarão. Quanto mais nos silenciarem, mais orgulho seremos. Quanto mais vidas ceifarem, mais luta seremos.

Continuaremos a furar o asfalto, o tédio, o nojo, o ódio e o medo até que a liberdade total seja uma realidade.

Sangramos, mas não nos rendemos.

TRABALHO RURAL EM PORTUGAL, UMA NOVA REALIDADE

*Plataforma Antifascista de
Lisboa e Vale do Tejo*



A atualidade recente ficou marcada pela realidade da exploração em condições análogas à escravatura, de imigrantes nas explorações agrícolas de empresas como a Reiter Affiliated Companies, contratados via empresas de trabalho temporário como a Multitempo. A prática – que em Portugal é antiga e é regularmente denunciada, que ocorre também um pouco por todo o país nas campanhas sazonais de apanha da fruta, da castanha, da azeitona e etc – é mais um episódio desse conflito entre quem detém a posse da terra e quem a trabalha e luta por uma remuneração digna pela sua jornada, num mundo de trabalhos sazonais e incertos, num mundo marcado pela luta diária pela sobrevivência. E tão antigo como o conflito, são também deveras antigos os meios que as classes políticas e os poderes económicos lançam mão para forçarem os trabalhadores rurais ao trabalho em condições deploráveis, escudados por uma população urbana que escolheu ignorar as dificuldades, a miséria, a fome e a violência do trabalho rural.

Em Portugal, um antigo exemplo de como o poder político apoiou o poder económico é dado pela Lei das Sesmarias. Fernando I, atendendo aos pedidos da aristocracia e burguesia terra-tenente, vai invocar a escassez de cereais, o aumento dos salários agrícolas, o baixo valor que os rendeiros ofereciam aos proprietários pela

exploração da terra e a carência de mão-de-obra para fixar os salários, obrigar ao trabalho rural todos aqueles que fossem filhos e/ou netos de trabalhadores rurais, fixar preços de rendas em favor dos proprietários e etc.

Mais recentemente, podemos nos socorrer do exemplo da morte de Catrina Eufémia, num contexto onde os latifundiários alentejanos tudo faziam para não atender às reivindicações por melhores condições e Reforma Agrária. Em “Levantado do Chão”, José Saramago nos deu conta sobre como a exploração e a miséria do povo assegurava a abundância do latifúndio e nos conta sobre como os latifundiários, para contrariar o esforço da luta dos trabalhadores rurais alentejanos por um valor mais justo pela jornada de trabalho, se fazia valer do trabalho de beirões – os “ratinhos” como eram apelidados com desprezo pelos naturais do Alentejo – trazidos aos milhares até para Espanha, aceitando trabalho por qualquer valor, para fazer face à miséria que se vivia em terras da Sertã, Proença-a-Nova e etc. A classe política da altura assegurava a manutenção do status quo, colocando a Guarda Nacional Republicana ao serviço do latifúndio, para atuar violentamente contra quem ousasse contestar ou reivindicar.

E se o 25 de Abril veio trazer mais e melhores condições para muitos, o poder económico assegurou que o tra-

lho rural permanecesse mal remunerado (entre 30% a 20% abaixo da média nacional). Assim, na atualidade, o capitalismo e o seu modelo de agricultura depredatória de rápida execução e lucro, agora ligado a sociedades e fundos de investimentos, logrou derrotar as reivindicações dos trabalhadores rurais, por um lado, forçando-os ao êxodo migratório, e por outro logrando a aprovação de políticas agrícolas comuns que extinguiram por completo a ligação do trabalhador rural à terra e à sua consciência de classe. Para assegurar a manutenção do seu modelo depredatório de lucros astronómicos que depende de mão-de-obra barata, assegurada via chantagem de uma possibilidade de uma entrada “legal” na Europa via Portugal, o poder económico logrou então a legalização da exploração de imigrantes através da precariedade, salários baixos e trabalho em condições análogas à escravidão, exploração à qual a classe política fecha os olhos, seja por via das contribuições sociais à Segurança Social dos trabalhadores explorados, seja pela perspetiva de atração de mais investimento.

Agora é a hora de despertar consciências para essa realidade, contra essa élite privilegiada que pretende globalizar a exploração e a miséria, visando o lucro em detrimento de um mínimo de justiça social.

#METOO: O ECO DAS VÍTIMAS DE UM SISTEMA MACHISTA

Núcleo Antifascista de Aveiro

Depois de inúmeros casos pelo mundo, finalmente o movimento #MeToo chegou em força a Portugal, criada pela ativista estadunidense Tarana Burke em 2006. No entanto, só em 2017 o fenómeno realmente ganhou vida após uma publicação de Alyssa Milano, que encorajava as mulheres de todo o mundo a contar as suas experiências de assédio e/ou agressão sexual, usando para tal a hashtag #MeToo. O objetivo era simples: mostrar que a violência sexual não é um problema pontual; é, sim, um problema estrutural que precisa de ser resolvido. O movimento originou as acusações contra Harvey Weinstein por dezenas de mulheres que, ao longo de cerca de três décadas, sofreram agressões pelo agora ex-produtor cinematográfico e foram silenciadas através de ameaças e fortunas pagas às vítimas. Depois disso, dá-se o chamado efeito Weinstein: dezenas de homens ricos e poderosos em todo o mundo foram demitidos ou demitiram-se após serem acusados dos mesmos crimes.

Em Portugal, apenas em 2021 vemos o movimento receber verdadeiramente atenção. Depois do corajoso relato de Sofia Arruda, que admitiu ter sido vítima de assédio sexual por um homem poderoso numa estação de televisão,



várias figuras públicas (e não só) têm descrito situações similares ao longo das suas vidas e carreiras. Expor casos de violência sexual é sempre difícil, pode ser até traumático. Quem o faz, merece respeito, empatia e solidariedade. Devemos ouvir e aprender para, enquanto sociedade, podermos proteger quem poderá ainda vir a ser vítima.

No entanto, o movimento Me Too mostra que há, efetivamente, um problema estrutural no mundo que vai além da violência física em si. Os comentários das notícias referentes a estes casos falam por si: a culpabilização da vítima (seja por “ter deixado”, por “não ter falado mais cedo” ou por “não dar nomes”) é recorrente, bem como a desvalorização dos casos e até a descredibilização das vítimas. As vítimas são enxovalhadas em praça pública, sendo também atacadas com “só querem fama”. Quando os nomes chegam, o caso muda de figura, mas não melhora: aponta-se o dedo à vítima, defende-se o agressor, diz-se que ele é tão boa pessoa que não pode ser e que só lhe querem estragar a vida.

Estatísticas provam que apenas cerca de 3% das denúncias feitas são falsas,

sem olhar para os casos não reportados. Tendo esses em conta, e havendo estatísticas que mostram que no mundo inteiro apenas cerca de 20% dos casos são denunciados, a percentagem de denúncias falsas passa para menos de 0.5% - são tão poucas que é ridículo que se pense logo que a vítima está a mentir. As estatísticas dizem tudo: a probabilidade de estar a dizer a verdade é acima de 99%. E, ainda assim, escolhe-se defender o agressor, perpetuando-se o mito de que a mulher é mentirosa. Mas pouco se fala dos efeitos na vítima: o escrutínio público, ansiedade, depressão e graves repercuções na saúde mental, para apontar algumas das consequências sofridas por quem denuncia um caso que já causou danos suficientes em si.

É hora de paramos de compactuar com a violência machista e patriarcal, com a descredibilização, humilhação e despreocupação com que tratamos quem já passa por traumas indescritíveis e de começarmos a dar ao feminismo a importância que lhe é devida. Por todas e para que não haja nem mais uma.



O FASCISMO COMBATE-SE NA RUA

A RUA pauta-se pela unidade e organização na ação contra o fascismo, machismo, racismo, xenofobia, LGBTQ+fobia e todas as outras formas de opressão. Junta-te a nós.

fb.com/Redeunitariantifascista

[@redeunitariaantifa](https://www.instagram.com/redeunitariaantifa)

www.antifascistas.pt

redeunitariaantifascista@protonmail.com